

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2008 a 31 DE MARÇO DE 2008

METRO DO PORTO, S.A.**CONSELHO FISCAL****RELATÓRIO TRIMESTRAL****PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2008 a 31 DE MARÇO DE 2008****ÍNDICE**

	<u>Pág. n°(s).</u>
1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS RELEVANTES DO TRIMESTRE	4
3. ANÁLISE DAS CONTAS	
3.1 - Contas de Balanço	5
3.2 - Contas de Resultados	9
4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS	
4.1 - Orçamento de Investimentos	10
4.2 - Financiamento	11
4.3 - Orçamento de Exploração	12
5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	13
6. NOTAS FINAIS	14
7. ANEXOS: (Balanço e Demonstração dos Resultados)	16



1.INTRODUÇÃO

O Conselho Fiscal da sociedade “Metro do Porto, S.A.”, apresenta o relatório respeitante ao primeiro trimestre de 2008, em conformidade com o estabelecido no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, revisto pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e no Despacho n.º 14 277/2008, do Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de Maio, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º99, de 23 de Maio, e com o disposto no n.º 2 do Artigo 25.º dos Estatutos.

O primeiro regime jurídico da exploração de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de Março, consagrando a exploração desse sistema, em regime exclusivo, a uma sociedade anónima de capitais públicos.

A sociedade “Metro do Porto, S.A.”, que teve inicialmente a firma “Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.”, foi constituída em 06 de Agosto de 1993, tendo por objecto a exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP. No âmbito desse objecto compreende-se a construção das infra-estruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante, além da própria exploração já referida.

Foram realizadas algumas alterações ao regime jurídico inicial, no desenvolvimento do projecto, onde se destaca a publicação do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, que revogou o Decreto-Lei n.º 71/93 e criou novos Estatutos para a sociedade. Esses Estatutos foram mais tarde reformulados pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, ficando o capital social a ser de € 5 000 000, e a sede a localizar-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1 862 – 7º Andar, no Porto. Finalmente pela Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 25 de Março de 2008, os Estatutos sofreram diversas alterações, das quais destacamos o aumento do capital social para € 7 500 000, a nova estrutura accionista, a reformulação da estrutura da administração e fiscalização, onde se evidencia a substituição do Fiscal Único por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente.

Após a alteração acima referida, a estrutura accionista passou a ter a seguinte composição:

Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP – Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Câmara Municipal de Gondomar	0,0001%
Câmara Municipal da Maia	0,0001%
Câmara Municipal de Matosinhos	0,0001%
Câmara Municipal do Porto	0,0001%
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	0,0001%
Câmara Municipal de Vila do Conde	0,0001%
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	0,0001%

[Handwritten signature]

O Acordo Parassocial dos accionistas da Metro do Porto, S.A., criado pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, encontra-se em fase de revisão.

Foram estipuladas as Bases da Concessão, por um período de 50 anos, pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, com as alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de Julho e do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de Setembro.

O Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, veio permitir a realização de operações de leasing de equipamento afecto ao sistema.

De acordo com a Base XIII do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, o financiamento, quer do investimento, quer da actividade de operação, é assegurado:

- Pelo Estado, segundo regras ali definidas, através de dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária e através de garantias a empréstimos contraídos pela empresa;
- Pelos proveitos auferidos pela empresa no exercício da sua actividade e as contribuições de capital, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus sócios;
- Eventualmente, por produto de empréstimos a contrair pela empresa.

2. ASPECTOS RELEVANTES DO TRIMESTRE

Como aspecto mais relevante do primeiro trimestre, registamos a Deliberação Social Unânime por Escrito de 25 de Março de 2008, que modificou os Estatutos da Metro do Porto, SA, conforme descrição acima.

Em segundo lugar, releva-se a emissão de um Dossier do Concurso Público Internacional para Atribuição, em Regime de Subconcessão, da Construção da Segunda Fase do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto e da Exploração e Manutenção da Totalidade da Rede, cujo estudo foi analisado, em 20 de Fevereiro de 2008, pelo Conselho de Administração, que deliberou o seu envio ao Governo para apreciação.

Entretanto, esse dossier não chegou a ser enviado ao Governo, tendo em alternativa, logo em 21 de Fevereiro de 2008, tanto quanto nos informaram, sido acordado entre a Tutela e o Presidente da Comissão Executiva da Metro do Porto, à data, Prof. Manuel de Oliveira Marques, a constituição de um grupo de trabalho, de que faziam parte elementos, entre outros, da Secretaria de Estado dos Transportes (Dr. Luís Barroso), da Inspeção Geral de Finanças (Dr. Ricardo Jerónimo), da Metro do Porto, da empresa de consultadoria jurídica da Metro, da Trenmo (Prof. Álvaro Costa), etc., para estudar diferentes cenários para esse dossier.

Os estudos foram sendo desenvolvidos e elaborados diversos relatórios que foram enviados para a empresa Metro do Porto.

À data do presente relatório, tanto quanto conseguimos saber, o processo ainda não está completamente instruído.

3. ANÁLISE DAS CONTAS

A contabilidade da Empresa é elaborada de acordo com os princípios e critérios constantes do Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas aplicáveis.

Entre os princípios contabilísticos aplicados, destaca-se o do custo histórico. A divulgação das demonstrações financeiras socorre-se, por vezes, com carácter supletivo, das normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Os investimentos financeiros da Empresa são valorizados pelo método da equivalência patrimonial.

O sistema informático utilizado é um programa da Sage – Infologia.

Segue-se a análise dos desvios mais relevantes, em relação aos saldos do fim do exercício anterior, nas contas de balanço, e aos saldos do período homólogo de 2007, nas contas de resultados.

3.1 - CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 Empréstimos Obtidos

O saldo desta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

(valores em euros)

	Valor em dívida em 31/12/2007	Aumento/Redução 1.º trimestre de 2008	Valor total utilizado
BEI-Médio e Longo Prazo	743.689.708	0	743.689.708
Financiamento Bancário:			
-Médio e Longo Prazo	500.000.000	148.750.000	648.750.000
-Curto Prazo	311.652.576	-99.234.297	212.418.279
	<u>1.555.342.284</u>	<u>49.515.703</u>	<u>1.604.857.987</u>

Neste primeiro trimestre verificou-se o aumento do endividamento bancário da Empresa, salientando-se, relativamente ao endividamento de médio e longo prazo, que:

- Pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, em 12 de Fevereiro de 2008, e pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes, em 13 de Fevereiro de 2008, foi a empresa autorizada a contratar duas operações de financiamento de médio e longo prazo, num total de cerca de M€ 252, com vista à reestruturação da dívida que se vencerá durante o ano de 2008.
- Desse endividamento contratado foram utilizados apenas M€ 150 no 1.º trimestre de 2008, no pagamento de dois financiamentos intercalares de M€ 75 cada, ao Banco BPI e à Caixa Geral de Depósitos, que se venceram em 15 de Fevereiro de 2008.
- Por outro lado, o passivo de médio e longo prazo foi reduzido em M€ 1,250, relativamente ao pagamento da 1.ª prestação semestral de um financiamento de M€ 100, obtido em 2007, do consórcio Banco Santander/Depfa Bank.
- Assim, o aumento global do endividamento bancário de médio e longo prazo atingiu, neste primeiro trimestre, M€ 148,750.
- Este endividamento foi previamente aprovado através dos despachos de dois Secretários de Estado, cumprindo, deste modo, o disposto na alínea a) do artigo 5.º do Acordo Parassocial.
- A verba de acréscimo de M€ 148,750 está integrada no orçamento para 2008, pelo que consideramos cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

Sh

3.1.2 Outros Devedores e Credores

MAPA DA CONTA OUTROS DEVEDORES E CREDORES

(valores em milhares de euros)

	Março/2008	Dezembro/2007
OUTROS DEVEDORES		
Por rubricas do balanço		
Outros devedores diversos	1107	882
Subscritores de capital	177	177
Total	1284	1059
Por entidade		
Outros devedores	1.284	1.059
Total	1.284	1.059
	Março/2008	Dezembro/2007
OUTROS CREDORES		
Por rubricas do balanço		
Outros credores - médio e longo prazo	209.400	209.400
Fornecedores de imobilizado - curto prazo	29.410	34.937
Outros credores - curto prazo	3.151	5.893
Total	241.961	250.230
Por entidade		
Normetro, ACE	7.187	9.986
Refer, EP	13	1.465
OFM-Obras Públicas Ferroviárias, SA	1.847	1.568
ABB-Alexandre Barbosa Borges, SA	679	1.459
Consulgal, SA	1.430	2.465
Bombardier Transportation Portugal, SA	16.054	15.536
Nortrem, ACE	210.078	213.549
Outros credores diversos	4.673	4.202
Total	241.961	250.230
Saldo da conta Outros devedores e credores	240.677	249.171

Como se verifica, o saldo desta conta teve uma diminuição de m€ 8 495 em relação a Dezembro de 2007, correspondente a 3%, que resulta de ter passado de um saldo credor de m€ 249 171, no fim do exercício de 2007, para um saldo igualmente credor de m€ 240 677, em 31 de Março de 2008.

Notas:

OUTROS DEVEDORES

Não existe qualquer saldo igual ou superior a m€ 1 000.

4

OUTROS CREDORES

Outros credores de médio e longo prazo: inclui apenas o saldo da conta Nortrem, ACE.

POR ENTIDADE:

-Normetro, ACE: a redução do saldo desta conta no primeiro trimestre decorre, por um lado, de facturas e notas de crédito emitidas pelo Normetro, ACE, no valor de m€ 6 863, e, por outro, de pagamentos da Metro, no valor m€ 9 662.

-Refer, EP: verificou-se uma redução do saldo de m€ 1 452 devida a um pagamento efectuado pela Metro.

-OFM - Obras Públicas Ferroviárias, SA: o aumento do saldo no trimestre resulta de facturação e notas de crédito da OFM, no valor de m€ 1 845, e de pagamentos efectuados pela Metro, no valor de m€ 1 566.

-ABB - Alexandre Barbosa Borges, SA: a variação do saldo neste trimestre resulta de facturação do fornecedor no valor de m€ 577, e de pagamentos efectuados pela Metro, no valor de m€ 1 357.

-Consulgal, SA: a redução no trimestre resulta de facturação da Consulgal, SA, no valor de m€ 1 430, e de pagamentos efectuados pela Metro, no valor de m€ 2 465.

-Bombardier Transportation Portugal, SA: o aumento do saldo decorre da facturação emitida pelo fornecedor no valor de m€ 518.

-Nortrem, ACE: a redução do saldo neste trimestre decorre, por um lado, do pagamento de rendas do leasing dos veículos do metro ligeiro, no valor de m€ 4 362, e, por outro, do recebimento de rendas respeitantes à manutenção dos mesmos veículos, no valor de m€ 891.

3.1.3 Prestações do Concedente

Esta rubrica não teve qualquer variação no primeiro trimestre de 2008.

Handwritten signature and initials in the bottom left corner of the page.

3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

3.2.1 Custos e Perdas

3.2.1.1-*Fornecimentos e Serviços Externos*

Esta conta regista, no fim do primeiro trimestre, o valor de m€ 18 663, a que corresponde uma redução de 13% (m€ 2 903) relativamente a igual período de 2007.

A variação mais significativa refere-se aos subcontratos relacionados com a operação comercial de exploração de transporte de passageiros, com uma redução de 13% (m€ 1 778), em relação a 31 de Março de 2007.

Os referidos subcontratos apresentam um saldo de m€ 11 504, as rendas de leasing de veículos de metro ligeiro um valor de m€ 4 059 e os trabalhos especializados a importância de m€ 1 899, sendo estas as principais componentes do saldo desta conta.

3.2.1.2-*Impostos*

Esta rubrica regista, em Março de 2008, o valor de m€ 2 241, traduzindo um aumento de 159% (m€ 1 377) relativamente a igual período de 2007,

Neste primeiro trimestre sobressai o pagamento de imposto do selo, no valor de m€ 1 512, respeitante aos financiamentos externos da Goldman Sachs International Bank e do Deutsche Bank AG.

3.2.1.3-*Amortizações e Ajustamentos do Exercício*

i) Amortizações

Esta conta regista, em 31 de Março de 2008, o valor de m€ 12 619, tendo em Março de 2007 o valor de m€ 10 253. Apurou-se um aumento de 23 %, correspondente a m€ 2 365. Para esta variação contribuíram, essencialmente, as amortizações de edifícios e outras construções e de equipamento básico.

ii) Ajustamentos

Não houve ajustamentos.

3.2.1.4-*Custos e Perdas Financeiros*

O saldo desta rubrica, em 31 de Março de 2008, é de m€ 15 567. Teve um aumento de 29 % (m€ 3 515) em relação a igual período de 2007.

O crescimento do valor desta conta deve-se, especialmente, ao aumento do endividamento bancário da Empresa e à subida das taxas de juro.

3.2.2 Proveitos e Ganhos

3.2.2.1-Prestações de Serviços

Esta conta atingiu o valor de m€ 7 947, em 31 de Março de 2008, mostrando um aumento de cerca de 20% (m€ 1 351) em relação a igual período de 2007, inclui a receita do serviço público de transporte de passageiros, com um total de m€ 6 969, até 31 Março de 2008, que teve um crescimento 22% em relação a igual período de 2007. A variação da receita de serviço público deve-se, fundamentalmente, ao aumento da procura. Refere-se ainda que a Empresa aplicou um aumento da tarifa de 3,91% no preço dos bilhetes, conforme Despacho Normativo n.º 2/2008, publicado no Diário da República, II série, n.º 7, de 10 de Janeiro.

Nesta rubrica estão registados, também, os valores de serviços de manutenção, prestados ao abrigo dos contratos de locação operacional celebrados sobre o material circulante, com um valor de m€ 905, no final do primeiro trimestre de 2008, e m€ 840, em igual período de 2007, o que corresponde a um aumento de 8%.

Apresentamos, seguidamente, a evolução das prestações de serviços (em m€):

	Março/2008	Março/2007
Transporte de passageiros	6.969	5.707
Manutenção de veículos do metro ligeiro	905	840
Outras	73	49
	7.947	6.596

3.2.2.2-Subsídios à Exploração

Neste primeiro trimestre de 2008, a Metro do Porto reconheceu m€ 2 590 de indemnizações compensatórias, tomando como referência o valor que lhe foi atribuído em 2007, mas para as quais ainda não obteve qualquer parecer da Tutela,

4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS

4.1 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Neste primeiro trimestre, o investimento atingiu o montante de M€ 12 milhões de euros (5,6% do orçamento total para 2008, M€ 214,9, o qual foi já aprovado em M€ 144,053, tendo sido solicitadas aprovações da Tutela no valor de M€ 70,899).

De referir que em igual período de 2007 o montante de investimentos ascendeu a M€ 6.

Handwritten signature and initials

Em termos plurianuais, o investimento no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto ascende a M€ 2 125 (M€ 1 875 líquidos da alienação do material circulante original).

Os valores da execução orçamental de M€ 12, mais significativos, ocorreram nas seguintes rubricas:

Rubricas	Execução/Valor (M€)	Execução/percentagem (%)
Revisão de preços e outros inerentes	5, 446	37,4 %
Duplicação linha da Trofa	1, 029	4,9%
Outros	1, 635	3,1%
Investimentos em conclusão	2, 347	5,6%

A rubrica Revisão de preços e outros inerentes teve uma execução neste trimestre de m€ 5 446, o que corresponde a 37,4% do orçamento anual e refere-se a trabalhos a mais (m€ 5 254) e revisão de preços (m€ 192).

Sobre a Duplicação da linha da Trofa, a execução atingiu o valor de m€ 1 029, correspondente a 4,9% do orçamento anual e respeita a trabalhos de construção civil da infra-estrutura do sistema (m€ 348) e de compatibilização urbana (m€ 681).

No que respeita à rubrica Outros a execução atingiu o valor de m€ 1 635, correspondente a 3,1% do valor anual orçamentado e respeita, essencialmente, a trabalhos de compatibilização urbana nas linhas A, B, C e D, a estudos e projectos e nova fiscalização.

Em relação à rubrica de Investimentos em conclusão, a realização orçamental atingiu o valor de m€ 2 347, correspondente a 5,6% em relação ao orçamento anual. Este investimento foi realizado, maioritariamente, na linha D (amarela), no prolongamento João de Deus - Sto. Ovídio.

4.2 FINANCIAMENTO

Para 2008 foram orçamentados m€ 235 093, provenientes de várias origens, para o financiamento dos projectos aprovados.

h
D

4.3 ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

Apresentamos agora o seguinte quadro relativo à exploração:

Orçamento de Exploração/2008

DESCRIÇÃO	Orçamento 2008	Real até Março	Orçamento disponível	Execução %
Custos e Perdas				
Fornecimentos e serviços externos	77.118.640	18.662.988	58.455.652	24%
Custos com o Pessoal	6.490.433	1.209.302	5.281.131	19%
Outros custos e perdas operacionais	3.005.000	2.261.636	743.364	75%
Amortizações e ajustamentos do exercício	65.991.266	12.618.642	53.372.624	19%
Provisões do exercício				
Custos e perdas financeiros	67.801.564	15.566.606	52.234.958	23%
Custos e perdas extraordinários	35.000	7.560	27.440	22%
Imposto s/o rendimento exercício	29.000	0	29.000	0%
Total de custos e perdas	220.470.903	50.326.735	170.144.168	23%
Proveitos e ganhos				
Vendas				
Prestações de serviços	34.375.259	7.947.147	26.428.112	23%
Proveitos suplementares	0	30.640	-30.640	
Subsídios à exploração (a)	246.028.497	2.589.747	243.438.750	1%
Trabalhos para a própria empresa	12.466.387	0	12.466.387	0%
Outros proveitos operacionais	3.857	0	3.857	0%
Reversões de amortizações e ajustamentos				
Proveitos e ganhos financeiros	112.000	43.980	68.020	39%
Proveitos e ganhos extraordinários	0	10.261	-10.261	
Total de proveitos e ganhos	292.986.000	10.621.775	282.364.225	4%
Variação da produção				
Imposto s/o rendimento exercício				
Resultado líquido do exercício	72.515.097	-39.704.960	112.220.057	-55%

(a) Discriminação:

IC's pelo serviço de transporte	M€ 156
Renda pela disponibilização da infra-estrutura	M€ 90
Total	M€ 246

Relativamente aos principais desvios percentuais importa realçar os seguintes:

- Outros Custos e Perdas Operacionais: Em virtude do Orçamento de Exploração não incluir a conta "Impostos", o saldo da mesma é acrescido aos Outros Custos e Perdas Operacionais. Desta forma, o desvio orçamental resulta, essencialmente, do valor pago a título de Imposto do Selo que incidiu sobre os novos financiamentos bancários contraídos neste primeiro trimestre e que totalizaram m€ 1 512. Se tal não tivesse acontecido, o saldo desta conta seria de m€ 749.

- Proveitos e Ganhos Financeiros: O valor do desvio orçamental resulta de juros creditados pelos Bancos, sobre saldos de contas depósitos à ordem, mas, entre os quais,

6

se encontrava um lançamento de € 30 769, do Millennium, que efectuou um recálculo de juros para menos, em Abril, de € 19 613.

- Subsídios à Exploração: A execução orçamental de apenas 1% prende-se com a não atribuição pelo Estado dos subsídios à exploração orçamentados.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

A Empresa registou, no final do primeiro trimestre, um resultado líquido negativo de m€ 39 705, que representa um agravamento de m€ 1 243 (3%), relativamente a igual período de 2007.

Os proveitos totais atingiram o montante de m€ 10 622, que corresponde a um aumento de 41 %, relativamente a 31 de Março de 2007. Os custos totais, que apresentam um valor de m€ 50 327, cresceram 9% em relação a igual período de 2007.

Os resultados operacionais são negativos, no montante de m€ 24 185, contra m€ 26 722 igualmente negativos, em igual período do ano anterior, correspondendo a um aumento de 9%.

O aumento dos resultados totais foi influenciado, essencialmente, pelo crescimento dos Impostos (+ m€ 1 377), das Amortizações do Exercício (+ m€ 2 365) e dos Custos e Perdas Financeiros (+ m€ 3 515). Em sentido inverso verificou-se o aumento do valor das Prestações de Serviços (+ m€ 1 351) e dos Subsídios à Exploração (+ m€ 1 989) e a redução dos Fornecimentos e Serviços Externos (- m€ 2 903).

5.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

O passivo teve um aumento de cerca de m€ 33 391, em relação a Dezembro de 2007. Esta variação resultou, essencialmente, por um lado, do aumento das dívidas bancárias de médio e longo prazo (+ m€ 148 750) e, por outro, da diminuição das dívidas bancárias de curto prazo (- m€ 99 235), das dívidas a fornecedores de imobilizado c/c (- m€ 5 527), dos acréscimos de custos (- m€ 5 818) e de outros credores de curto prazo (- m€ 2 742), além de outras pequenas variações de saldos.

O grau de endividamento da Empresa continuou a agravar-se de forma acelerada, tendo passado de 8,72, em Dezembro de 2006, para 27,58, em Dezembro de 2007, situando-se nos 64,31, em Março de 2008.

O auto-financiamento neste trimestre foi negativo, de m€ 27 086, sendo em Março de 2007, também negativo, de m€ 28 209.

h
00

6. NOTAS FINAIS

6.1 Houve situações detectadas em que os preceitos legais do art.º 5º do Acordo Parassocial, no período de 01/01/2008 até 24/03/2008, não foram cumpridos, nomeadamente, as seguintes:

- a) Investimentos indicados no orçamento de 2008, mas ainda não aprovados pela Tutela:
- I. Adaptações no PMO de Guifões, no valor global de m€ 12 944, dos quais foram gastos apenas m€ 34 no 1º trimestre de 2008. Foi solicitada a aprovação da Tutela em carta datada de 08/02/2008.
 - II. Linha Dragão – Venda Nova, no valor global de m€ 18 300, dos quais foram gastos apenas m€ 13 no 1º trimestre.
- b) Investimentos não incluídos no orçamento, no total de m€ 10 669, relativos a obras na linha da Trofa (m€ 7 800); estudos, projectos e fiscalização relacionados com várias linhas (m€ 2 768) e ainda outros custos de consultadoria (m€ 101), dos quais foram gastos no total m€ 396.

Em relação ao endividamento bancário, não nos parece que haja situação de incumprimento:

- Em relação ao médio e longo prazo, verificou-se a aprovação prévia do Governo de um financiamento de M€ 252, dos quais apenas foram utilizados no 1.º trimestre M€ 150, no pagamento de dois financiamentos com vencimento em 15 de Fevereiro de 2008, conforme afirmámos na nota n.º 3.1.1 acima.
- No que respeita ao endividamento de curto prazo, passou-se de m€ 311 653 em 31/12/2007, para m€ 212 418, em 31/03/2008.

Consideramos, em primeiro lugar, que este endividamento de curto prazo foi reduzido em m€ 150 000, devido a uma transferência de médio e longo prazo desse montante, acima referido.

Assim sendo,

Em 31/12/2007	m€ 311 653
Recebido de médio e longo prazo	<u>-m€ 150 000</u>
Saldo de curto prazo	m€ 161 653

Em segundo lugar, como o saldo em 31/03/2008 é de m€ 212 418, em vez de m€ 161 653, verificou-se, na verdade, um aumento do financiamento de curto prazo de m€ 50 765.

4


Considerando o pagamento de uma prestação de um financiamento de médio e longo prazo de m€ 1 250, conforme foi dito na nota 3.1.1, o aumento global foi de m€ 49 515,.

A empresa transitou de 2007 para 2008, com "plafonds" de crédito aprovados pela Banca, no total de cerca de m€ 919 300, dos quais estavam utilizados, aproximadamente, m€ 811 600, restando disponíveis para utilização cerca de m€ 107 700.

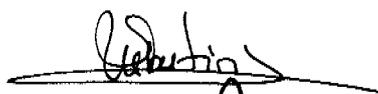
O acréscimo de cerca de m€ 49 500 tinha cobertura nestes m€ 107 700 e não careceu, por conseguinte, de qualquer pedido de autorização, a fim de dar cumprimento ao art.º 5º do Acordo Parassocial e ao n.º 2 do art.º 13º do Decreto-Lei 558/99, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

6.2 A inexistência de um contrato-programa aprovado para cobertura dos défices de exploração, imposto na Base XV das Bases da Concessão, que defina os parâmetros da atribuição de indemnizações compensatórias para a exploração deficitária, já prevista, em virtude de se tratar de um sistema de transporte em regime de serviço público, tem conduzido a uma acumulação de prejuízos anuais que a sociedade dificilmente terá capacidade de suportar. O auto-financiamento foi negativo, neste primeiro trimestre, no montante de m€ 27 086.

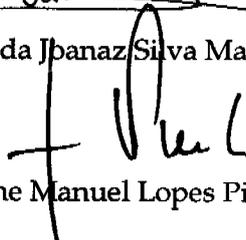
6.3 Atendendo ao elevado passivo financeiro, originado pela construção das infraestruturas da primeira fase do sistema de metro ligeiro do Porto, que não dispuseram do necessário financiamento próprio, esperamos que sejam tomadas medidas que visem a breve resolução deste problema.

Porto, 5 de Junho de 2008

O Conselho Fiscal



Dra. Maria Fernanda Jpanaz Silva Martins - Presidente



Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto - Vogal



Artónio Magalhães & Carlos Santos – S.R.O.C., representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos – R.O.C. n.º 177 - Vogal

7. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

h
D A

EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2008

Unidade:EUROS

Codigo das contas	Activo	2008			Dezembro 2007
		AB	AA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação.....	81.512.293	6.275.611	75.236.682	75.518.629
432	Despesas de investigação e desenvolvimento.....				
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespases.....				
441/6	Imobilizações em curso.....	86.635.847		86.635.847	85.245.409
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....				
		168.148.140	6.275.611	161.872.529	160.764.038
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais.....	122.692.696		122.692.696	122.692.696
422	Edifícios e outras construções.....	1.250.003.538	120.283.609	1.129.719.929	1.139.271.583
423	Equipamento básico.....	210.495.010	22.911.306	187.583.704	189.768.267
424	Equipamento de transporte.....	1.112.406	648.715	463.691	525.623
425	Ferramentas e utensílios.....	281.642	256.173	25.469	34.274
426	Equipamento administrativo.....	2.404.316	2.245.951	158.365	230.733
427	Taras e vasilhame.....				
429	Outras Imobilizações Corpóreas.....	6.063.305		6.063.305	6.063.305
441/6	Imobilizações em curso.....	111.927.658		111.927.658	101.321.308
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	1.348.613		1.348.613	1.557.234
		1.706.329.184	146.345.755	1.559.983.429	1.561.465.023
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....	2.189		2.189	2.189
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....	168.551		168.551	168.551
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras.....				
441/6	Outros empréstimos concedidos.....				
447	Imobilizações em curso.....				
	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....				
		170.740		170.740	170.740
	Circulante:				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....				
33	Produtos acabados e intermédios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Cientes c/c.....	13.481.572		13.481.572	15.992.485
212	Cientes - Títulos a Receber.....				
218	Cientes de cobrança duvidosa.....				
253+254	Empresas participadas e participantes.....	28.676		28.676	28.676
251+255	Outros Accionistas (sócios).....	1.784		1.784	1.784
229	Adiantamentos a fornecedores.....	539.817		539.817	601.071
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....				
24	Estado e outros entes públicos.....	9.994.411		9.994.411	10.455.336
262+266/8+221	Outros devedores.....	1.107.222		1.107.222	882.385
264	Subscritores de capital.....	177.250		177.250	177.250
		25.330.731		25.330.731	28.138.986
	Títulos negociáveis:				
1511	Ações em empresas do grupo.....				
1521	Obrigações e tit. de participação em empresas do grupo.....				
1512	Ações em empresas associadas.....				
1522	Obrigações e tit. de participação em empresas associadas.....				
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis.....				
18	Outras aplicações de tesouraria.....				
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depositos bancarios.....	2.285.742		2.285.742	3.292.822
11	Caixa.....	1.526		1.526	1.526
		2.287.269		2.287.269	3.294.349
	Acrescimos e diferimentos:				
271	Acrescimos de proveitos.....	5.091.853		5.091.853	2.935.787
272	Custos diferidos.....	251.167.806		251.167.806	255.250.638
		256.259.659		256.259.659	258.186.425
	Total de amortizações.....		152.621.365		
	Total dos ajustamentos.....				
	Total do activo.....	2.158.525.723	152.621.365	2.005.904.357	2.012.019.560

6
80

EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2008

Unidade:EUROS

Código das Contas	Situação líquida e passivo	2008	Dezembro 2007
	Situação líquida:		
51	Capital.....	5.000.000	5.000.000
521	Ações (quotas) próprias- Valor nominal.....		
522	Ações (quotas) próprias- Descontos e prémios.....		
53	Prestações acessórias.....	179.033	179.033
54	Prémios de emissão de accoes (quotas).....		
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.....	54.687	54.687
56	Reservas de reavaliacao.....		
	Reservas:		
571	Reservas legais.....		
572	Reservas estatutárias.....		
573	Reservas contratuais.....		
574 a 579	Outras reservas.....		
59	Resultados transitados.....	(406.377.060)	(261.188.494)
	Subtotal.....	(401.143.340)	(255.954.773)
88	Resultado Líquido do exercício.....	(39.704.960)	(145.188.566)
89	Dividendos antecipados.....		
	Subtotal.....	(440.848.300)	(401.143.340)
581	Prestações do concedente (Al.4 da Base XXVII).....	471.561.360	471.561.360
	Total da situação líquida.....	30.713.061	70.418.021
	Passivo:		
	Provisões :		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293/8	Outras provisões.....	12.556.296	12.556.296
		12.556.296	12.556.296
	Dividas a terceiros - Medio e longo prazo:		
	Empréstimos por obrigações:		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dividas a instituições de crédito.....	1.392.439.708	1.243.689.708
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....		
262/8+211	Outros credores.....	209.400.379	209.400.379
		1.601.840.086	1.453.090.086
	Dividas a terceiros - Curto prazo:		
	Empréstimos por obrigações:		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dividas a instituições de crédito.....	212.418.279	311.652.576
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores, c/c.....	18.024.795	19.041.375
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....		
222	Fornecedores - Títulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
252	Empresas do grupo.....		
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de clientes.....	3.660	14.640
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....	29.410.073	34.937.457
24	Estado e outros entes públicos.....	224.779	386.071
262/8+211	Outros credores.....	3.150.964	5.893.255
		263.232.551	371.925.373
	Acrescimos e diferimentos:		
273	Acrescimos de custos.....	13.665.779	19.483.701
274	Proveitos diferidos.....	83.896.585	84.746.084
		97.562.364	104.229.784
	Total do passivo.....	1.975.191.297	1.941.801.540
	Total da situação líquida e do passivo.....	2.005.904.357	2.012.219.560

6

EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE MARÇO DE 2008

Unidade: EUROS

Código das contas		2008		2007	
	Custos e perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos		18.662.988		21.565.570
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	925.424		940.011	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensões				
645/8	Outros	283.878	1.209.302	300.540	1.240.551
662+663	Amortizações do imobilizado corporeo e incorporeo	12.618.642		10.253.376	
67	Provisões		12.618.642		10.253.376
63	Impostos	2.241.004		864.270	
65	Outros custos e perdas operacionais	20.632	2.261.636	4.340	868.609
	(A)		34.752.569		33.928.106
682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
683+684	Amort. e provisões de aplicações e inv. financeiros				
681+685/8	Juros e custos similares				
	Relativo a empresas do grupo				
	Outros	15.566.606	15.566.606	12.051.547	12.051.547
	(C)		50.319.175		45.979.653
69	Custos e perdas extraordinários		7.560		13.503
	(E)		50.326.735		45.993.156
86	Imposto sobre o rendimento do exercício				
	(G)		50.326.735		45.993.156
88	Resultado líquido do exercício		(39.704.960)		(38.461.859)
			10.621.775		7.531.297
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas				
	Mercadorias				
	Produtos				
72	Prestações de serviços	7.947.147	7.947.147	6.596.157	6.596.157
	Variacao da producao				
75	Trabalhos para a propria empresa				
73	Proveitos suplementares	30.640		9.212	
74	Subsídios a exploração a)	2.589.747		600.702	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		2.620.387		609.914
	(B)		10.567.534		7.206.071
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
784	Rendimentos de participacoes de capital				
7812+7815/6+783	Rendimentos de titulos negociaveis e de outras aplic. financeiras				
	Relativo a empresas do grupo				
	Outros				
7811+7813/4/7818+	Outros juros e proveitos similares				
+785/8	Relativo a empresas do grupo				
	Outros	43.980	43.980	38.726	38.726
	(D)		10.611.514		7.244.797
79	Proveitos e ganhos extraordinários		10.261		286.500
	(F)		10.621.775		7.531.297
	RESUMO:				
	Resultados operacionais : (B) - (A) =		(24.185.035)		(26.722.035)
	Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) =		(15.522.626)		(12.012.821)
	Resultados correntes : (D) - (C) =		(39.707.661)		(38.734.856)
	Resultados antes de impostos : (F) - (E) =		(39.704.960)		(38.461.859)
	Resultado líquido do exercício : (F) - (G) =		(39.704.960)		(38.461.859)

a) Os subsídios à exploração contêm indemnizações compensatórias de m€ 2 590 não atribuídas pelo Governo.